

Até março, tudo estará pronto

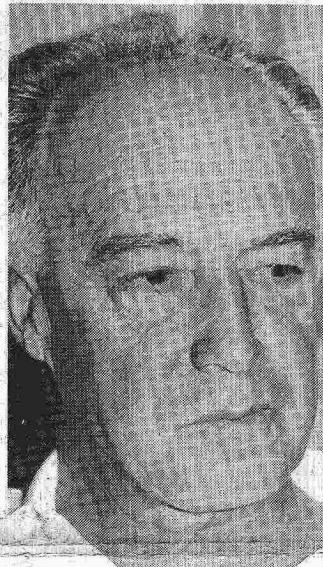
O secretário de Agricultura e Produção, Leone Teixeira, reconhece o atraso no cumprimento do cronograma de entrega dos equipamentos comunitários mas considera que há exagero nas críticas formuladas pelos trabalhadores, em função das razões do retardamento das obras: "Houve atraso porque as empresas tiveram dificuldades para conseguir material de construção. Mas as obras já estão licitadas, o canteiro de obras da escola e do posto está instalado, a área de lazer, já foi delimitada e até o final de março tudo estará pronto e entregue à comunidade".

O limite de crédito de custeio foi ditado pela dimensão das áreas cultivadas e Leone assegura que o problema de transporte estará resolvido em 20 dias, com a construção de um ponto de ônibus na pista próxima à agrovila. A obra será executada com recursos da própria Secretaria de Abastecimento e Produção, já que a Secretaria de Transportes não dispõe de dinheiro para custeá-la. O secretário enfatiza que a agrovila foi inaugurada sem que os equipamentos estivessem construídos para que os trabalhadores iniciassem o plantio na época conveniente, de forma a evitar problemas posteriores, inclusive de quebra de safra.

FRUTICULTURA

O plantio de arroz, milho, soja, mandioca e feijão representa um artifício técnico destinado a preparar o solo para o que será sua definitiva utilização: a fruticultura. Essa opção foi ditada por uma série de conveniências recolhidas pelos técnicos do GDF no estudo que orientou a definição da vocação produtiva do Combinado Agrourbano: "O solo está sendo preparado para o plantio de laranja, que deve começar a partir de outubro. O estudo mostra que o produto tem mercado garantido, já que o Distrito Federal importa 93 por cento das laranjas consumidas aqui. Então, o objetivo é garantir mais abastecimen-

ADAUTO CRUZ



Leone Teixeira

to de fontes locais e fazer o produtor prosperar ainda mais. O estudo garante que eles terão uma renda mensal de 10 a 12 salários mínimos com o cultivo da laranja, passando, portanto, à condição de microempresários".

Leone entende que o alcance dessas metas comprovará definitivamente o sucesso da experiência dos Combinados Agrourbanos, aprovados mesmo pelo Ministério da Reforma Agrária, que enfrenta dificuldades para viabilizar seu próprio plano de reforma agrária: "técnicos do ministério visitaram o projeto e consideraram-no de um padrão de eficiência que pode ser adotado com sucesso em outras regiões do País".

A aprovação traduz-se no aporte de 960 mil cruzados que serão investidos pela Secretaria de Agricultura na compra de mudas com que os trabalhadores iniciarão sua experiência como fruticultores. O Ministério da Agricultura também ingressou no grupo de apoio ao Combinado, destinando 980 mil cruzados para aquisição de 300 cabras leiteiras (serão compradas de criadores nordestinos). Os ani-

mais formarão o lote inicial do rebanho caprino com que a SAP pretende povoar toda a área do projeto: "eles receberão as cabras e ficam com a incumbência de repassar os filhotes aos próximos trabalhadores que forem assentados".

Do Ministério da Agricultura, Leone garantiu ainda a celebração de um acordo de troca: o órgão fornecerá sementes aos trabalhadores, que devolverão após a colheita das safras plantadas:

CUSTOS

O GDF investiu Cr\$ 12 milhões para garantir a deflagração do projeto, dos quais Cr\$ 4 milhões na edificação das casas e Cr\$ 6 milhões na recuperação do solo. Segundo os números esgrimidos por Leone, o custo do projeto por família também comprova o padrão de eficiência conquistado: "cada família custou Cr\$ 6,4 mil, sem considerarmos os investimentos na recuperação do solo, quando o custo convencional em projetos de reforma agrária no Brasil é de Cr\$ 10 mil".

Todas as vantagens garantidas pelo GDF serão pagas pelos trabalhadores de acordo com as condições fixadas no "contrato de uso do solo remuneratório" fixado entre a Fundação Zoobotânica — responsável pela administração do projeto — e os beneficiários do loteamento no Ipê. A intenção do pagamento, explica Leone, é evitar o surgimento de qualquer tipo de paternalismo, "incentivando os trabalhadores a explorarem os lotes em todas as suas potencialidades".

O contrato durará 15 anos, é renovável e em caso de morte do usuário seus herdeiros continuarão a usufruir dos lotes, que não podem ser repassados a terceiros. Pelo uso da casa, o GDF receberá anualmente 6 vezes o Maior Valor de Referência vigente no Distrito Federal; pelo lote, receberá 5 por cento do MVR por hectare cultivado, mais 2 por cento do MVR por hectare ou fração não explorada.